

Análise das Interações da Audiência Pública da CMMPV 1292/2025 sobre Modernização do crédito consignado para o setor privado (MP 1292/2025) – 28/05/2025 – Gerado por IA

Este relatório tem como propósito apresentar uma visão geral das 99 participações de cidadãos registradas durante a audiência pública sobre a Medida Provisória 1292/2025, realizada pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1292, de 2025 (CMMPV 1292/2025), em 28 de maio de 2025. A análise visa consolidar as principais preocupações, sugestões e percepções do público a respeito da modernização do crédito consignado para o setor privado, oferecendo aos parlamentares um panorama claro da opinião popular sobre a proposta.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 99

- 1. Temas principais: Preocupações com Endividamento e Superendividamento (28%):** Muitos cidadãos expressam forte receio de que a facilitação do acesso ao crédito consignado, especialmente no formato digital, leve a um aumento do endividamento e superendividamento dos trabalhadores, que podem usar o crédito como complemento de renda ou não ter

educação financeira para gerenciar novas dívidas. Questiona-se se a MP possui mecanismos eficazes para evitar essa situação.

Exemplo: *"A facilidade de acesso ao crédito consignado pela MP 1.292/2025 pode aumentar o risco de superendividamento?" (Andre R - DF)*

2. Segurança Digital, Fraudes e Proteção de Dados (LGPD) (26%):

A segurança das operações digitais, a proteção dos dados dos trabalhadores (LGPD) e a prevenção de fraudes são preocupações centrais. Cidadãos questionam como a MP garantirá a segurança, especialmente com o histórico de fraudes em outros sistemas, e como os dados serão protegidos contra vazamentos e uso indevido.

Exemplo: *"Como garantir os trabalhadores contra possíveis fraudes com seus dados online? No caso do INSS o comitê gestor não garantiu nada." (Fabio B - PR)*

3. Benefícios Potenciais e Facilitação do Acesso ao Crédito (14%):

Uma parcela dos participantes vê positivamente a modernização, esperando que ela traga agilidade, desburocratização, maior inclusão financeira e acesso facilitado ao crédito para trabalhadores do setor privado, incluindo domésticos e rurais, desde que com regras claras e proteção.

Exemplo: *"Tudo o que for para facilitar, desburocratizar é bem-vindo. Porém as regras precisam estar muito bem claras, estabelecidas e serem cumpridas" (Camila P - SC)*

4. Regulamentação, Fiscalização e Transparência (incl. Comitê Gestor) (12%):

Há questionamentos sobre o papel e a eficácia do Comitê Gestor, os mecanismos de fiscalização das instituições

financeiras, a transparência das operações, a clareza das regras da MP e a responsabilização em caso de abusos ou falhas.

Exemplo: *"Como o Comitê Gestor, instituído pela MP, pretende garantir que as instituições consignatárias mantenham práticas éticas?" (Danrley W - DF)*

- 5. Taxas de Juros, Custos e Concorrência entre Instituições (11%):** Cidadãos perguntam se a MP levará à redução das taxas de juros, como estimulará a concorrência entre bancos para benefício do consumidor e se haverá limites para evitar juros abusivos. Há críticas às altas taxas atuais e ao lucro dos bancos.

Exemplo: *"A medida pode reduzir os juros do consignado no setor privado?" (Ana P - PR)*

- 6. Impactos Operacionais e em Grupos Específicos (5%):** Foram levantadas questões sobre o impacto da MP em situações específicas, como o funcionamento para servidores públicos CLT, a utilização de recursos do FGTS, os custos operacionais para as empresas e o acesso para trabalhadores domésticos e rurais.

Exemplo: *"As empresas terão que acompanhar o DET e informar o desconto na folha de pagamento. Esse custo operacional será ressarcido às empresas?" (Francis A - RS)*

- 7. Necessidade de Educação Financeira (4%):** Alguns participantes destacam a importância da educação financeira como pré-requisito ou complemento à facilitação do crédito, para que os trabalhadores possam tomar decisões conscientes e evitar o endividamento.

Exemplo: *"Criar programa de educação financeira e digital obrigatória junto à contratação de crédito consignado" (Vitoria S - SP)*

As 99 participações dos cidadãos revelam uma postura predominantemente cautelosa e preocupada em relação à MP 1292/2025. Embora alguns reconheçam potenciais benefícios como agilidade e maior acesso ao crédito, os temas centrais que emergiram foram o temor do (super)endividamento, a crucial necessidade de segurança digital, proteção de dados (LGPD) e prevenção de fraudes, a demanda por taxas de juros justas e maior concorrência, e a importância de mecanismos robustos de regulamentação, fiscalização, transparência e educação financeira. Os posicionamentos majoritários clamam por salvaguardas efetivas que protejam o trabalhador, especialmente os mais vulneráveis, antes da expansão e facilitação do crédito consignado.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34020>.